



TEORIA E EXERCÍCIOS

SEDUC-CE

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DO CEARÁ

PROFESSOR DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE)

- ✓ Educação Brasileira
- ✓ Língua Portuguesa
- ✓ Leitura e Interpretação de Dados e Indicadores Educacionais
- ✓ Conhecimentos Específicos
- ✓ Administração Pública (On-line)

DE ACORDO COM O EDITAL Nº 014/2026 - SEDUC/SEPLAG



SEDUC-CE - Secretaria da Educação do Estado do Ceará

SEDUC-CE

Professor de Atendimento Educacional Especializado (AEE)

APRESENTAÇÃO

Se você tem este livro em mãos, é porque está construindo sua jornada rumo à tão sonhada aprovação com compromisso e dedicação.

A Editora Nova Concursos será sua maior aliada neste percurso, oferecendo um material de qualidade que será seu guia de estudos.

Nosso livro foi elaborado com a experiência de professores renomados, especialistas em concursos públicos, somada à organização e dedicação do nosso time editorial.

O conteúdo programático do edital foi criteriosamente analisado para abordar todos os temas cobrados em um sumário que foi pensado para te apresentar uma sequência lógica; isso facilitará a compreensão do conteúdo cobrado para o cargo de Professor de Atendimento Educacional Especializado (AEE) de acordo com o Edital nº 014/2026 - SEDUC/SEPLAG da Secretaria da Educação do Estado do Ceará - SEDUC-CE.

Para complementar seus estudos e auxiliar sua memorização, ao decorrer da teoria você encontrará recursos como boxes Importante e Dica, com macetes valiosos selecionados para otimizar seu tempo; para um planejamento completo, ao final de todas as disciplinas apresentamos a seção Hora de Praticar, com questões gabaritadas da banca CEV/UECE (Comissão Executiva do Vestibular da Universidade Estadual do Ceará) - FUNECE, organizadora contratada para a realização do certame para que você pratique a teoria e já conheça o perfil da banca.

Para sua preparação acesse os conteúdos complementares disponíveis on-line para este livro em nossa plataforma: Conteúdo de Administração Pública disponível em PDF para download. Para acessar, basta seguir as orientações na próxima página.

Este material é um verdadeiro diferencial, pois proporciona uma abordagem completa e especializada que irá te guiar até o sucesso.

Vamos juntos rumo à aprovação!

AVISO IMPORTANTE

ESTE É UM MATERIAL DE DEMONSTRAÇÃO

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da apostila. Aqui você encontrará o sumário do material e algumas páginas selecionadas, para que possa conhecer a qualidade, a estrutura e a metodologia do nosso conteúdo. No entanto, esta não é a apostila completa.

POR QUE ADQUIRIR A VERSÃO COMPLETA?

- ✓ conteúdo organizado de acordo com o edital;
- ✓ teoria objetiva e atualizada;
- ✓ dicas e fluxogramas para auxiliar a memorização;
- ✓ questões gabaritadas para o treino da teoria.

**GARANTA A VERSÃO COMPLETA DO
MATERIAL COMPLETO COM DESCONTO!**

QUERO MATERIAL COMPLETO!

SUMÁRIO

EDUCAÇÃO BRASILEIRA.....	11
■ HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: DO MOVIMENTO DOS PIONEIRO DA EDUCAÇÃO AOS DIAS ATUAIS.....	11
■ LEI FEDERAL Nº 9.394/96, LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL	11
■ LEI FEDERAL Nº 10.639/2003, INCLUI NO CURRÍCULO OFICIAL DA REDE DE ENSINO A OBRIGATORIEDADE DA TEMÁTICA “HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA”	40
■ LEI FEDERAL Nº 11.645/2008, INCLUI NO CURRÍCULO OFICIAL DA REDE DE ENSINO A OBRIGATORIEDADE DA TEMÁTICA “HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA”	42
■ PLANOS NACIONAIS DE EDUCAÇÃO: 2001 A 2010, 2014 A 2025 E 2026 A 2036	43
■ ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA.....	54
TENDÊNCIAS PEDAGÓGICAS CONTEMPORÂNEAS	54
■ GESTÃO DEMOCRÁTICA DA ESCOLA PÚBLICA	58
■ PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO.....	60
■ A DIDÁTICA E O PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM.....	61
A DIDÁTICA COMO FUNDAMENTO EPISTEMOLÓGICO DO FAZER DOCENTE	62
■ ORGANIZAÇÃO DO PROCESSO DIDÁTICO: PLANEJAMENTO, ESTRATÉGIAS, METODOLOGIAS E AVALIAÇÃO.....	64
■ A SALA DE AULA COMO ESPAÇO DE APRENDIZAGEM	65
■ PLANEJAMENTO DE CURSO, UNIDADE E AULA: ELEMENTOS ESTRUTURANTES.....	67
■ PRINCIPAIS TEORIAS DA APRENDIZAGEM: INATISMO, COMPORTAMENTALISMO, BEHAVIORISMO, INTERACIONISMO E COGNITIVISMO.....	69
■ AS BASES EMPÍRICAS, METODOLÓGICAS E EPISTEMOLÓGICAS DAS DIVERSAS TEORIAS DE APRENDIZAGEM	70
■ PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO: ASPECTOS HISTÓRICOS E BIOPSISSOCIAIS	73
■ TEMAS CONTEMPORÂNEOS: BULLYING, RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS, EDUCAÇÃO ESPECIAL, EDUCAÇÃO AMBIENTAL, PROTAGONISMO JUVENIL.....	79
■ BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC).....	81
Fundamentos e Princípios que Orientam a BNCC	83
ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	84

O ENSINO MÉDIO NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA	87
■ PROFESSOR: FORMAÇÃO E PROFISSÃO	93
BASE LEGAL QUE ORIENTA A FORMAÇÃO DOCENTE	93
■ A PESQUISA NA PRÁTICA DOCENTE	97
■ A DIMENSÃO ÉTICA DA PROFISSÃO	98
■ EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL NO ENSINO MÉDIO – CURRÍCULO	99
MARCOS LEGAIS SOBRE EDUCAÇÃO INTEGRAL	100
ITINERÁRIOS FORMATIVOS	100
■ AVALIAÇÕES EXTERNAS EM LARGA ESCALA NA EDUCAÇÃO BÁSICA	100
SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (SAEB)	101
SISTEMA PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (SPAECE)	104
■ PROGRAMA INTERNACIONAL DE AVALIAÇÃO DE ESTUDANTES (PISA)	106
■ POLÍTICAS DE EQUIDADE NO ESCOPO DO PNE 2026–2026	107
■ DOCUMENTO CURRICULAR REFERENCIAL DO CEARÁ: ENSINO MÉDIO	110
LÍNGUA PORTUGUESA	127
■ COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS	127
■ FATORES DE TEXTUALIDADE	130
■ TIPOLOGIAS TEXTUAIS	135
■ GÊNEROS DISCURSIVOS/TEXTUAIS	139
■ ORTOGRAFIA OFICIAL	145
ACENTUAÇÃO GRÁFICA	145
■ EMPREGO DAS CLASSES GRAMATICAIS	147
■ FORMAÇÃO E ESTRUTURA DAS PALAVRAS	163
■ EMPREGO DO SINAL INDICATIVO DE CRASE	168
■ RELAÇÕES SINTÁTICAS NA ORGANIZAÇÃO DA ORAÇÃO E DO PERÍODO	170
RELAÇÕES DE COORDENAÇÃO E SUBORDINAÇÃO NA CONSTRUÇÃO DOS SENTIDOS	177
REGÊNCIA NOMINAL E VERBAL	181
CONCORDÂNCIA NOMINAL E VERBAL	183

■ PONTUAÇÃO.....	189
■ SIGNIFICAÇÃO DAS PALAVRAS	193
■ FUNÇÕES DA LINGUAGEM.....	195

LEITURA E INTERPRETAÇÃO DE DADOS E INDICADORES EDUCACIONAIS.....	207
--	-----

■ INDICADORES EDUCACIONAIS: O QUE SÃO E PARA QUE SERVEM	207
■ INDICADORES E ÍNDICES NO CAMPO DA POLÍTICA EDUCACIONAL.....	208
■ INDICADORES EDUCACIONAIS CALCULADOS PELO INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP).....	210
■ INDICADORES ESCOLARES, INDICADORES DOCENTES E INDICADORES DISCENTES.....	213
■ LEITURA E INTERPRETAÇÃO DE DADOS APRESENTADOS EM FORMATOS VARIADOS	215
■ RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS COM USO DE ESTATÍSTICAS DESCRITIVAS	216

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS.....	225
--------------------------------	-----

■ FUNDAMENTOS LEGAIS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NUMA PERSPECTIVA INCLUSIVA.....	225
DECLARAÇÃO DE JOMTIEN (1990) CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE EDUCAÇÃO PARA TODOS	225
DECLARAÇÃO DE SALAMANCA DE (1994).....	230
CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988.....	232
LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL - LDB 9.394/96	236
POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA: EQUITATIVA, INCLUSIVA E COM APRENDIZADO AO LONGO DA VIDA	236
LEI BRASILEIRA DE INCLUSÃO (LBI/ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA)	238
DIRETRIZES OPERACIONAIS PARA O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO	261
POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA E A REDE NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA – DECRETO FEDERAL Nº 12.686, DE 20 DE OUTUBRO DE 2025, ALTERADO PELO DECRETO FEDERAL Nº 12.773, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2025.....	265
■ FUNDAMENTOS HISTÓRICOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA.....	272
HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL E NO MUNDO.....	272
PARADIGMAS DE EXCLUSÃO, SEGREGAÇÃO, INTEGRAÇÃO E INCLUSÃO	273
■ DESENVOLVIMENTO HUMANO E APRENDIZAGEM	274
TEORIAS DO DESENVOLVIMENTO E DA APRENDIZAGEM: DIVERSIDADE HUMANA E PROCESSOS DE APRENDIZAGEM.....	274

■ EDUCAÇÃO INCLUSIVA E DIVERSIDADE	277
PRINCÍPIOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA	277
DIFERENÇAS, DIVERSIDADE E EQUIDADE	277
COMBATE AO CAPACITISMO E OUTRAS FORMAS DE DISCRIMINAÇÃO	278
CULTURA INCLUSIVA E CONSTRUÇÃO DE AMBIENTES EDUCACIONAIS ACESSÍVEIS	278
■ ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE)	279
CONCEITOS, PRINCÍPIOS E OBJETIVOS DO AEE; ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO AEE; ATRIBUIÇÕES DO PROFESSOR DO AEE; ARTICULAÇÃO ENTRE AEE E SALA COMUM; AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DOS ESTUDANTES ATENDIDOS	279
Público-Alvo da Educação Especial: Identificação e Caracterização do Público-Alvo da Educação Especial	279
■ SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS	281
FINALIDADE E ORGANIZAÇÃO DA SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS; RECURSOS PEDAGÓGICOS E DE ACESSIBILIDADE	281
■ PRÁTICA PEDAGÓGICA DO PROFESSOR NO AEE	283
MEDIAÇÃO PEDAGÓGICA E APRENDIZAGEM; PRODUÇÃO E ADAPTAÇÃO DE MATERIAIS DIDÁTICOS; ADAPTAÇÃO DE AVALIAÇÕES DOS PROCESSOS DE ENSINO E APRENDIZAGEM	283
CURRÍCULO, AVALIAÇÃO E PRÁTICAS INCLUSIVAS: CURRÍCULO NA PERSPECTIVA INCLUSIVA; FLEXIBILIZAÇÃO E ADAPTAÇÃO CURRICULAR; AVALIAÇÃO FORMATIVA E PROCESSUAL; METODOLOGIAS ATIVAS E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS	284
■ ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO NO AEE	286
PLANEJAMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO	286
ELABORAÇÃO DE RELATÓRIOS E REGISTROS PEDAGÓGICOS	286
RELAÇÃO ENTRE ESCOLA, FAMÍLIA E COMUNIDADE	287
■ PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO INCLUSIVO E GESTÃO DA INCLUSÃO	288
EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO	288
GESTÃO DEMOCRÁTICA E INCLUSÃO ESCOLAR	288
CONSTRUÇÃO DE AMBIENTES ESCOLARES INCLUSIVOS	289
■ PLANO DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (PAEE)	289
■ PLANEJAMENTO EDUCACIONAL INDIVIDUALIZADO (PEI) E PROJETO PEDAGÓGICO INDIVIDUALIZADO (PPI)	292
CONCEITOS E FINALIDADES	292
AVALIAÇÃO DAS NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECÍFICAS	293
DEFINIÇÃO DE METAS E OBJETIVOS INDIVIDUALIZADOS	294

CONSTRUÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO PLANO	—
PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA E DA EQUIPE ESCOLAR	295
■ DESENHO UNIVERSAL PARA APRENDIZAGEM (DUA)	295
PRINCÍPIOS E OBJETIVOS DO DUA; PLANEJAMENTO INCLUSIVO BASEADO NO DUA; ELIMINAÇÃO DE BARREIRAS À PARTICIPAÇÃO E APRENDIZAGEM	295
■ ACESSIBILIDADE E TECNOLOGIA ASSISTIVA	296
CONCEITO E TIPOS DE ACESSIBILIDADE; CLASSIFICAÇÃO DAS TECNOLOGIAS ASSISTIVAS E RECURSOS DE APOIO; SELEÇÃO, ADAPTAÇÃO E UTILIZAÇÃO DE TECNOLOGIAS ASSISTIVAS	296
■ TRABALHO COLABORATIVO, FAMÍLIA E REDE DE APOIO	297
RELAÇÃO FAMÍLIA-ESCOLA; TRABALHO COLABORATIVO COM OS PROFESSORES DO ENSINO COMUM; EQUIPES MULTIFUNCIONAIS E INTERSETORIALIDADE; CONSTRUÇÃO DE REDES DE APOIO	297

EDUCAÇÃO BRASILEIRA

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: DO MOVIMENTO DOS PIONEIRO DA EDUCAÇÃO AOS DIAS ATUAIS

A história da educação é o campo do conhecimento que estuda a trajetória da formação humana organizada em diferentes tempos e contextos sociais.

Compreender sua origem e evolução permite analisar as transformações culturais, políticas e pedagógicas que moldaram a escola, os currículos e os modelos de ensino ao longo do tempo.

EDUCAÇÃO NAS SOCIEDADES ANTIGAS

Nas comunidades primitivas, a educação era **oral, prática e comunitária**, transmitida por meio da convivência e dos rituais.

Com o surgimento das primeiras civilizações (Egito, Mesopotâmia, China, Índia), a educação passou a ser **formalizada** em instituições voltadas às elites políticas e religiosas.

Na **Grécia Antiga**, destacaram-se duas visões:

- **Esparta**: educação voltada ao militarismo e à obediência;
- **Atenas**: formação integral do cidadão, com foco em arte, filosofia e política.

Na **Roma Antiga**, a educação foi influenciada pela cultura grega, que tinha como base a retórica, o direito e a administração, com foco na formação cidadã.

Idade Média: Educação e Fé

Durante a Idade Média, a educação foi dominada pela **Igreja Católica**, cujo objetivo era formar religiosos e manter a ordem teocêntrica. Os mosteiros, por exemplo, preservaram o conhecimento clássico.

No final da Idade Média, surgiram as primeiras universidades, voltadas a áreas como teologia, direito e medicina. Nesse contexto, a educação era restrita, baseada na memorização e acessível apenas a uma minoria letrada.

Modernidade: Razão, Ciência e Escola Pública

A partir do Renascimento, do Iluminismo e da Revolução Industrial, a educação passou por uma grande transformação.

Autores como **Comenius** propuseram uma educação universal, graduada e estruturada em métodos racionais. Já **Rousseau**, no século XVIII, defendeu uma educação centrada no desenvolvimento natural do aluno.

A partir de então, a escola se torna parte do projeto moderno de civilização e nacionalismo, com o

surgimento dos **sistemas públicos de ensino**, organizados pelo Estado para atender às demandas econômicas e sociais.

A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL

A educação no Brasil começou com a **ação catequizadora dos jesuítas** no período colonial, que era voltada aos indígenas. Com a expulsão dos jesuítas (1759), o ensino ficou desorganizado e se tornou elitista.

A partir da **República (1889)**, houve esforços para implantar uma educação pública, gratuita e laica, embora marcada por desigualdades.

No século XX, nomes como **Anísio Teixeira, Lourenço Filho, Fernando de Azevedo e Paulo Freire** contribuíram para o fortalecimento de uma educação democrática e popular.

Freire, em especial, propôs uma pedagogia crítica, dialógica e voltada à emancipação dos oprimidos.

A **Constituição, de 1988**, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional — **LDB** (Lei nº 9.394, de 1996) e o **Plano Nacional de Educação** consolidaram o direito à educação como dever do Estado, com foco na qualidade social e na inclusão.

DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS

Atualmente, a educação enfrenta o desafio de ser mais **inclusiva, equitativa, significativa e crítica**, incorporando as novas tecnologias, valorizando a diversidade cultural e respondendo às demandas da sociedade do conhecimento.

A história da educação revela que os modelos escolares são sempre reflexos de projetos sociais, políticos e culturais e que a escola continua sendo um espaço estratégico de construção da cidadania e de transformação social.

Dica

Caso deseje se aprofundar no estudo sobre o tema, recomendamos o conjunto de vídeos “Pedagogia | História da Educação”, disponível no canal do YouTube da Universidade Virtual do Estado de São Paulo (UNIVESP). Eles poderão te ajudar a saber mais. Basta acessar o link: <https://www.youtube.com/playlist?list=PLxI8Can9yA-HeJjZS74nP5F3woVrpxlYYz>.

LEI FEDERAL Nº 9.394/96, LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL

A EDUCAÇÃO INCLUSIVA: HISTÓRICO E DEBATES

Para a garantia de uma educação pública, gratuita e de qualidade, é preciso a participação dos estudantes em todas as atividades cotidianas da escola, para a efetivação de uma real inclusão desses sujeitos.

LÍNGUA PORTUGUESA

COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS

A interpretação e a compreensão textual são aspectos essenciais a serem dominados por aqueles candidatos que buscam a aprovação em seleções e concursos públicos. Trata-se de um assunto que abrange questões específicas e de conteúdo geral nas provas. Conhecer e dominar estratégias que facilitem a apreensão desse assunto pode ser o grande diferencial entre o quase e a aprovação.

Além disso, seja a compreensão textual, seja a interpretação textual, ambas guardam uma relação de proximidade com um assunto pouco explorado pelos cursos de português: a **semântica**, que incide seus estudos sobre as relações de sentido que a forma linguística pode assumir.

Portanto, neste material, você encontrará recursos para solidificar seus conhecimentos sobre interpretação e compreensão textual, associando a essas temáticas as relações semânticas que permeiam o sentido de todo amontoado de palavras, tendo em vista que qualquer aglomeração textual é, atualmente, considerada texto e, dessa forma, deve ter um sentido que precisa ser reconhecido por quem lê.

Assim, vamos começar nosso estudo fazendo uma breve diferença entre os termos **compreensão** e **interpretação** textual.

Para muitos, essas palavras expressam o mesmo sentido, mas, como pretendemos deixar claro neste material, ainda que existam relações de sinonímia entre palavras do nosso vocabulário, a opção do autor por um termo em vez de outro reflete um sentido que deve ser interpretado no texto, uma vez que a **interpretação** realiza ligações com o texto a partir das ideias que o leitor pode concluir com a leitura.

Já a **compreensão** busca a análise de algo exposto no texto e, geralmente, é marcada por uma palavra ou expressão, apresentando mais relações semânticas e sintáticas. A compreensão textual estipula aspectos linguísticos essencialmente relacionados à significação das palavras e, por isso, envolve uma forte ligação com a semântica.

Sabendo disso, é importante separarmos os conteúdos que tenham mais apelo **interpretativo** ou **compreensivo**. Esses assuntos completam o estudo basilar de semântica com foco em provas e concursos, sempre visando à sua aprovação.

INFERÊNCIA – ESTRATÉGIAS DE INTERPRETAÇÃO

A inferência é uma relação de sentido conhecida desde a Grécia Antiga e que embasa as teorias sobre interpretação de texto.

Interpretar é buscar ideias e pistas do autor do texto nas linhas apresentadas

Porém, apesar de aparentemente parecer algo subjetivo, há “regras” para se buscar essas pistas.

A primeira e mais importante delas é identificar a orientação do pensamento do autor do texto, que fica perceptível quando identificamos como o raciocínio dele foi exposto: se de maneira mais racional, a partir da análise de dados e informações com fontes confiáveis, ou se de maneira mais prática, partindo dos efeitos e das consequências, a fim de identificar as causas.

Por isso, é preciso compreender como podemos interpretar um texto mediante estratégias de leitura. Neste material, selecionamos as estratégias mais eficazes, que podem contribuir para sua aprovação em seleções que avaliam a competência leitora dos candidatos. A partir disso, selecionamos estratégias de leitura que foquem nas formas de inferência sobre um texto.

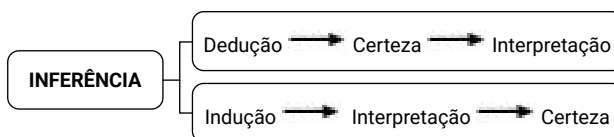
Dessa forma, é fundamental identificar como ocorre o processo de **inferência**, que se dá por **dedução** ou por **indução**. Para entender melhor, veja este exemplo:

O marido da minha chefe parou de beber.

Observe que é possível inferir várias informações. A primeira é que a chefe do enunciador é casada (informação comprovada pela palavra “marido”); a segunda é que o enunciador está trabalhando (informação comprovada pela expressão “minha chefe”); e a terceira é que o marido da chefe do enunciador bebia (informação comprovada pela expressão “parou de beber”). Note que há pistas contextuais do próprio texto que induzem o leitor a interpretar essas informações.

Tratando-se de interpretação textual, os processos de inferência, sejam por dedução ou por indução, partem de uma certeza prévia para a construção de uma interpretação, elaborada a partir das pistas oferecidas no texto, articuladas com as informações acessadas pelo leitor.

A seguir, apresentamos uma figura que representa como ocorre a relação desses processos:



A partir desse esquema, conseguimos visualizar melhor como o processo de interpretação ocorre. Agora, detalharemos esse processo, reconhecendo as estratégias que compõem cada maneira de inferir informações de um texto. Por isso, apresentaremos, nos tópicos seguintes, como usar estratégias de cunho dedutivo e indutivo e, ainda, como articular a isso o nosso conhecimento de mundo na interpretação de textos.

LEITURA E INTERPRETAÇÃO DE DADOS E INDICADORES EDUCACIONAIS

Prezado(a) estudante,

Com o intuito de oferecer o material o mais completo e didático possível, optamos por não repetir aqui os conteúdos referentes a Indicadores de Desempenho dos Estudantes: Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará (Spaee); Sistema de Avaliação Da Educação Básica (Saeb); Exame Nacional do Ensino Médio (Enem); Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa), tendo em vista que eles já foram amplamente abordados na disciplina Educação Brasileira.

Cordialmente,
Nova Concursos.

INDICADORES EDUCACIONAIS: O QUE SÃO E PARA QUE SERVEM

Utilizam-se os Indicadores da Qualidade na Educação no Programa Nacional da Escola Básica. Eles se baseiam em uma visão ampla de qualidade educativa; desta forma, sete dimensões são abrangidas:

- ambiente educativo;
- prática pedagógica e avaliação;
- ensino e aprendizagem da leitura e da escrita;
- gestão escolar democrática;
- formação e condições de trabalho dos profissionais da escola;
- ambiente físico escolar;
- acesso e permanência dos alunos na escola.

Acompanhe:

- **Ambiente educativo:** fala-se sobre respeito, alegria, amizade e solidariedade, disciplina, combate à discriminação e exercício dos direitos e deveres;
- **Prática pedagógica e avaliação:** há uma reflexão coletiva acerca da proposta pedagógica da escola, do planejamento das atividades educativas, das estratégias e recursos de ensino-aprendizagem, dos processos de avaliação dos alunos, incluindo a autoavaliação, e da avaliação dos profissionais da escola;
- **Ensino e aprendizagem da leitura e da escrita:** é preciso garantir que todos os estudantes aprendam. Para que isso se concretize, é necessário que a escola tenha uma proposta pedagógica com orientações transparentes para a alfabetização inicial. Ela pode implementar as orientações da proposta pedagógica para a alfabetização inicial, devendo buscar as orientações nas avaliações e reuniões

pedagógicas alusivas a esse contexto; deve-se cuidar para que planos de aula e outras concepções de alfabetização inicial sejam feitos observando as orientações da proposta pedagógica.

Para o bom funcionamento do plano de alfabetização, é necessário ofertar para os estudantes diversos materiais de leitura nas escolas:

- livros diversificados (com e sem palavras, de poesia, de prosa);
- revistas;
- gibis;
- suplementos infantis de jornais;
- cartelas com nomes dos estudantes;
- letras móveis;
- jogos com letras e palavras;
- produções dos próprios estudantes, com desenhos e escritas;
- dicionários.

Também é necessário investir em projetos ou atividades em que os estudantes tenham oportunidade de conhecer e praticar as diversas utilizações da escrita e da leitura no dia a dia.

Note que não é simples situar com clareza um limite que separe o que é estar alfabetizado do que é não estar alfabetizado. Entretanto, a escola precisa fazer tentativas para definir essa fronteira. Exemplos: questionar se o aluno é capaz de escrever sem copiar um pequeno texto que seja compreensível, ainda que tenha falha ortográfica; se o estudante pode ler (com fluência suficiente para compreender) um texto pequeno escrito em linguagem familiar.

Diversos estudantes chegam a se alfabetizar, mas não desenvolvem de maneira adequada sua capacidade de leitura e escrita durante o ensino fundamental. Isso acontece porque os educandos têm dificuldade de compreender o que estão lendo e de se expressar. Assim, é imprescindível que todos os educadores tenham um plano de progressão das habilidades de leitura e escrita dos estudantes, com finalidades para a série, ano ou ciclo.

É necessário que as crianças tenham contato com diferentes textos na escola, ouçam histórias, observem adultos lendo e escrevendo. A leitura e a escrita são essenciais para aprender todos os assuntos escolares e não escolares. Dessa forma, em cada ano/série, o estudante deve ampliar progressivamente sua capacidade de ler e escrever. Por isso, na proposta pedagógica, a escola deve situar explicitamente o que os estudantes precisam saber em cada etapa, até a conclusão do ensino fundamental.

- **Gestão escolar democrática:** é importante que haja participação nas decisões, preocupação com qualidade, com relação custo-benefício e transparência;
- **Formação e condições de trabalho dos profissionais da escola:** discute-se sobre os processos de formação dos professores, competência, estabilidade e assiduidade da equipe escolar;
- **Ambiente físico escolar:** enfatiza-se o aproveitamento de qualidade dos recursos existentes na escola, a disponibilidade e a qualidade destes e a organização dos espaços escolares;

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

FUNDAMENTOS LEGAIS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NUMA PERSPECTIVA INCLUSIVA

DECLARAÇÃO DE JOMTIEN (1990) CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE EDUCAÇÃO PARA TODOS

A Declaração de Jomtien é o documento aprovado pela Conferência Mundial sobre Educação para Todos, realizada na cidade de Jomtien, na Tailândia, entre 5 e 9 de março de 1990, sob convocação conjunta da UNESCO, do UNICEF, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e do Banco Mundial. Seu texto proclama a educação como direito fundamental de todas as pessoas e reorganiza a noção de educação básica em torno da satisfação das necessidades básicas de aprendizagem de crianças, jovens e adultos.

O Contexto Histórico e a Convocação da Conferência

A Conferência de Jomtien surgiu de um diagnóstico severo sobre a educação básica no final da década de 1980, quando se tornou evidente que a expansão das matrículas não vinha acompanhada de aprendizagem efetiva e que o endividamento externo limitava os gastos públicos de diversos países. Na América Latina, esse período ficou conhecido como década perdida, marcado pela queda da renda por habitante e por programas de ajuste fiscal que atingiram diretamente os orçamentos educacionais, situação semelhante à observada em grande parte da África Subsaariana.

Quatro organismos internacionais convocaram o encontro, e essa composição ajuda a compreender a linguagem adotada no documento final. A UNESCO participou com seu mandato educacional e cultural no sistema das Nações Unidas; o UNICEF, com a agenda voltada à infância, então reforçada pela Convenção sobre os Direitos da Criança; o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, com a concepção da educação como componente do desenvolvimento humano; e o Banco Mundial, com sua atuação no financiamento e com a perspectiva de custos e retornos presente no Plano de Ação.

O encontro reuniu cerca de 1.500 participantes, entre delegados de 155 governos, representantes de 33 organismos intergovernamentais e integrantes de 125 organizações não governamentais, institutos e fundações. O ano de 1990 havia sido proclamado Ano Internacional da Alfabetização, e a própria Declaração apresenta-se como uma forma de iniciar esse período e avançar em direção às metas da Década das Nações Unidas para os Portadores de Deficiências, desenvolvida entre 1983 e 1992.

O preâmbulo começa lembrando que a Declaração Universal dos Direitos Humanos já afirmava, havia

mais de quarenta anos, que toda pessoa tem direito à educação, embora a realidade ainda estivesse distante dessa garantia. O documento destaca que, em 1990, mais de 100 milhões de crianças permaneciam sem acesso ao ensino primário, das quais pelo menos 60 milhões eram meninas; mais de 960 milhões de adultos eram analfabetos, sendo dois terços mulheres; mais de um terço dos adultos do mundo não tinha acesso ao conhecimento impresso nem às novas habilidades e tecnologias; e mais de 100 milhões de crianças, além de incontáveis adultos, não concluíam o ciclo básico, enquanto outros milhões o completavam sem adquirir conhecimentos essenciais.

Esses dados são associados a um cenário mais amplo de crescimento da dívida externa, ameaça de estagnação econômica, rápido aumento populacional, desigualdades entre países e dentro deles, guerras, ocupações, conflitos civis e degradação ambiental. O texto também registra que os cortes nos gastos públicos durante a década de 1980 deterioraram a educação inclusive em países industrializados, afastando a ideia de que o problema se restringia às nações em desenvolvimento.

Na segunda parte do preâmbulo, o tom se torna mais otimista, sustentando que o contexto histórico tornava a meta mais viável do que em períodos anteriores. Entre os fatores mencionados estão o avanço da solução pacífica de conflitos e da cooperação internacional no fim da Guerra Fria, o reconhecimento dos direitos e das potencialidades das mulheres, a rápida expansão do volume de informações disponíveis e o desenvolvimento de novas formas de comunicação, capazes de ampliar o alcance das iniciativas educacionais.

A conferência não produziu um tratado ou uma convenção, mas uma declaração de compromisso político acompanhada de um plano de ação. Isso significa que não há sanção jurídica direta pelo seu descumprimento, embora o documento exerça forte influência sobre programas de cooperação técnica, linhas de financiamento e agendas ministeriais.

A Arquitetura do Documento: Declaração e Plano de Ação

A Conferência aprovou dois documentos distintos e complementares, cuja diferenciação é importante para a compreensão do tema. A Declaração Mundial sobre Educação para Todos é formada por um preâmbulo e dez artigos de conteúdo predominantemente principiológico, enquanto o Plano de Ação para Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem possui caráter operacional e desenvolve esses princípios em metas, diretrizes de ação e áreas prioritárias.

Os dez artigos da Declaração estão organizados em três blocos temáticos indicados no próprio texto. O primeiro, denominado Educação para Todos: objetivos, compreende apenas o art. 1º. O segundo, Educação para Todos: uma visão abrangente e um compromisso renovado, reúne os arts. 2º a 7º e concentra o núcleo pedagógico do documento. Já o terceiro, Educação para Todos: os requisitos, abrange os arts. 8º a 10 e trata das condições políticas, financeiras e internacionais necessárias à sua concretização.

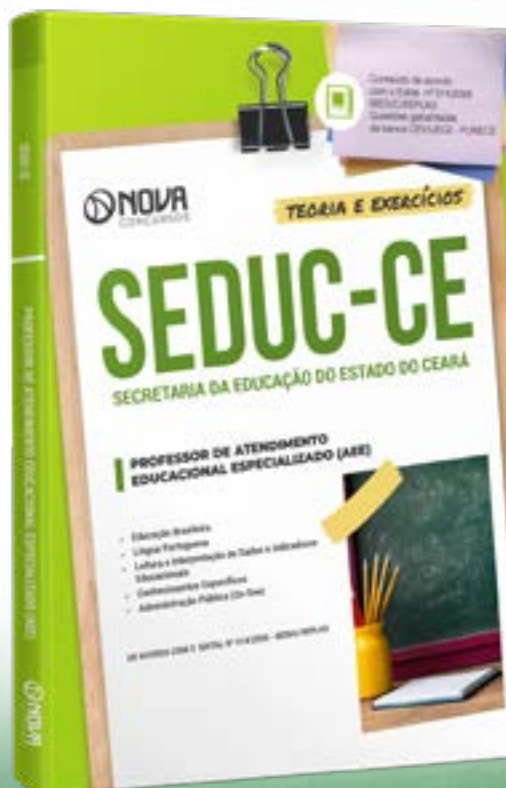
MAIS DE 100 MIL ALUNOS APROVADOS!

 799 APROVADOS NO
BANCO DO BRASIL 2021

 92 APROVADOS
NO TJ-MG 2022

 213 APROVADOS
NO SEAGRI/DF 2022

 337 APROVADOS
NO INSS 2022



GOSTOU DESSA DEMONSTRAÇÃO?

Aproveite o Desconto especial e adquira
a versão completa desse material!

ADQUIRIR MATERIAL COMPLETO